
B-R-Ó
BRÓ
CARTAS DAS JUVENTUDES CONTRA
ÀS QUEIMADAS NO PIAUÍ



Realização

Apoio

CARTA DAS JUVENTUDES PIAUIENSES CONTRA AS QUEIMADAS NO PIAUÍ

Nós, juventudes piauienses, integrantes da Rede Reaver Nordeste, reunidas a partir de diferentes territórios, comunidades, cidades, escolas, universidades, campos, periferias e organizações, apresentamos esta carta como instrumento de participação e incidência política no enfrentamento às queimadas no Piauí.

Esta carta integra a Campanha de Incidência Política "B-R-Ó BRÓ: Cartas das Juventudes Piauienses contra as Queimadas no Piauí", iniciativa que mobiliza jovens, comunidades e organizações para discutir as causas, os impactos e as alternativas diante das queimadas que atingem o estado.

Escrevemos em um momento de alerta. Entre os dias 4 e 5 de outubro de 2026, o Piauí registrou 94 focos de calor e esteve entre os estados brasileiros com maior número de registros. Poucos dias depois, foram registrados 171 focos em 48 horas, enquanto Teresina enfrentava incêndios de grandes proporções em diferentes pontos da cidade. Esses dados mostram que o fogo não é uma questão distante nem exclusivamente rural: atravessa campos e cidades, áreas de vegetação e territórios habitados, comunidades rurais e periferias urbanas.

Reconhecemos que altas temperaturas, baixa umidade, ventos e períodos de estiagem favorecem a propagação do fogo, mas as condições climáticas não podem ser utilizadas para naturalizar as queimadas. Precisamos compreender onde o fogo acontece, por que acontece, quem está mais exposto e quais estruturas de prevenção existem antes que a emergência aconteça.

Nós não queremos que o enfrentamento às queimadas seja reduzido à responsabilização individual. É necessário combater o uso inadequado do fogo, inclusive a queima de resíduos, mas também perguntar por que o lixo é queimado, onde é descartado, como funcionam a coleta seletiva e a destinação adequada e quais políticas públicas existem para prevenir incêndios. Por isso, defendemos a implementação célere de políticas de resíduos nos locais onde não há e onde por vezes o poder público não chega e que se ampliem a coleta seletiva, a reciclagem e a compostagem, valorizando cooperativas e associações de catadores e catadoras sem transferir às pessoas responsabilidades que também são do poder público.

As queimadas também precisam ser compreendidas em sua relação com o uso da terra e com o modelo de desenvolvimento. No sul do Piauí, a expansão da fronteira agrícola transformou profundamente paisagens do Cerrado e está relacionada a processos de desmatamento, perda da biodiversidade, concentração fundiária e conflitos territoriais. Não podemos discutir apenas quem está no território quando o fogo acontece; precisamos discutir quem decide sobre a terra, quem financia sua transformação e quem se beneficia dela.

Povos indígenas, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, brejeiros, camponeses e demais comunidades tradicionais são sujeitos políticos e produtores de conhecimentos fundamentais para a conservação dos territórios. Defendemos a proteção dos territórios tradicionais, o acesso à água e a participação efetiva das comunidades nas decisões que afetam seus territórios. Por isso, garantir direitos territoriais também é política ambiental!

O Cerrado e a Caatinga são territórios vivos! Precisamos de políticas permanentes de proteção da biodiversidade, com prevenção, monitoramento, resgate, atendimento e reabilitação da fauna.

Entendemos que a fumaça também é uma questão de saúde pública! Crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, trabalhadores expostos e outros grupos vulnerabilizados podem sofrer impactos mais intensos. Defendemos a ampliação do monitoramento da qualidade do ar, a divulgação acessível das informações e protocolos de comunicação e atenção à saúde durante períodos críticos.

Ademais, raça, etnia, gênero, sexualidade, classe, idade, deficiência e território são marcadores sociais que influenciam as possibilidades de proteção e exposição aos riscos. O racismo ambiental evidencia as desigualdades históricas na distribuição dos danos ambientais e no acesso às estruturas de proteção e decisão. Pessoas LGBTQIAPN+, principalmente pessoas trans e travestis, também podem enfrentar barreiras específicas de acesso à moradia, trabalho, saúde e políticas públicas. A justiça ambiental exige, portanto, enfrentar as desigualdades que atravessam os corpos e os territórios.

Além disso, defendemos alternativas de produção de alimentos que respeitem os limites ecológicos e os conhecimentos territoriais. A agricultura familiar, a agroecologia, os sistemas tradicionais de manejo e os Sistemas Agroflorestais precisam receber assistência

técnica, crédito, pesquisa e investimento. Precisamos de sistemas alimentares que não dependam da destruição da biodiversidade e da expulsão de comunidades.

Por fim, nós juventudes piauienses, também queremos participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, com acesso às informações, presença nos espaços de decisão e apoio a projetos de educação ambiental, pesquisa, comunicação, extensão e mobilização produzidos pelas próprias juventudes.

Não queremos ser apenas o futuro!

Somos parte do presente e queremos decidir sobre ele!

Por isso, reivindicamos:

- Fortalecimento de políticas permanentes de prevenção, monitoramento e resposta às queimadas, com equipes, equipamentos, formação, brigadas comunitárias e protocolos de atuação para áreas rurais, urbanas, unidades de conservação e territórios tradicionais, articulando órgãos ambientais, Defesa Civil, saúde, universidades e comunidades.
- Ampliação da transparência das informações ambientais, garantindo acesso público aos dados sobre focos de calor, áreas queimadas, desmatamento, fiscalização, supressão vegetal e recursos destinados à prevenção e ao combate às queimadas.
- Fortalecimento da gestão de resíduos sólidos, ampliando coleta, destinação adequada, coleta seletiva, reciclagem e compostagem, com valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem e prevenção de incêndios provocados pelo descarte e pela queima inadequada de resíduos.
- Proteção dos territórios e modos de vida de povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, fortalecendo participação nas decisões, nos processos de regularização fundiária e nas políticas de proteção ambiental;
- Fortalecimento da fiscalização e da responsabilização diante de desmatamentos ilegais, queimadas criminosas, grilagem e demais crimes ambientais, com investigação, transparência e articulação entre os órgãos responsáveis.

- Fortalecimento da agricultura familiar, a agroecologia, os Sistemas Agroflorestais e outras formas sustentáveis de produção, ampliando assistência técnica, crédito, pesquisa e investimento público.
- Incorporação da justiça ambiental às políticas públicas, considerando raça, etnia, gênero, sexualidade, classe, idade, deficiência e território na identificação dos riscos e na distribuição das ações de proteção.
- Fortalecimento da proteção da fauna e da biodiversidade, o monitoramento da qualidade do ar e as ações de saúde e comunicação de risco durante períodos de maior ocorrência de queimadas;
- Garantia da participação efetiva das juventudes na construção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas ambientais, fortalecendo espaços permanentes de diálogo, participação e controle social.

REAVER PIAUÍ, 2026.